

## Artigo de opinião

# Por uma meta-avaliação sem metafísica

## For a meta-evaluation without metaphysics

Juarez Pereira Furtado<sup>1\*</sup> <sup>1</sup>Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, Laboratório de Estudos e Avaliação em Saúde, São Paulo, SP, Brasil

Juarez Pereira Furtado, branco, Livre-docente e professor associado IV Dep. Políticas Públicas e Saúde Coletiva, Laboratório de Estudos e Avaliação em Saúde, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

**COMO CITAR:** Furtado, Juarez Pereira. (2022). Por uma meta-avaliação sem metafísica. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(2), e112022. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211020>

### Resumo

Neste ensaio, consideramos as fronteiras entre os campos corporativo e científico e seus desdobramentos na realização de meta-avaliações. As diferenças nas perspectivas da área profissional e aquelas de ordem epistemológica necessitam ser levadas em conta e suas interações e limitações efetivamente consideradas ao avaliarmos avaliações. Argumentamos sobre a necessidade de: retomar o uso de métodos empíricos em meta-avaliações; incluir parâmetros de qualidade ligados às especificidades dos casos abordados; refletir sobre a insuficiência dos guias deontológicos na análise de avaliações feitas. Finalmente, é apontada a importância de meta-avaliações que impulsionem a área no enfrentamento de dominações presentes na atualidade sob os mais diferentes eufemismos.

**Palavras-chave:** Meta-avaliação. Avaliação de programas e serviços. Avaliação em Saúde.

### Abstract

In this essay, we consider the boundaries between the corporate and scientific fields and their ramifications in carrying out meta-evaluations. Differences in professional and epistemological perspectives need to be taken into account and their interactions and limitations effectively considered when evaluating evaluations. We argue about the need to: resume the use of empirical methods in meta-evaluations; include quality parameters linked to the specifics of the cases addressed; reflect on the insufficiency of deontological guides in the analysis of evaluations made. Finally, the importance of meta-assessments that boost the area in confronting present-day dominations under the most different euphemisms is pointed out.

**Keywords:** Meta-evaluation. Evaluation of programs and services. Health assessment.

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

**Recebido:** Junho 30, 2022**Aceito:** Junho 30, 2022**\*Autor correspondente****Juarez Pereira Furtado****E-mail:** juarezpfurtado@gmail.com

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



## Introdução

A proposta de abordar avaliativamente as avaliações foi feita de maneira pioneira pelo matemático e filósofo Michael Scriven (1969), que cunhou o conceito de meta-avaliação há mais de 50 anos, posteriormente retomado por ele próprio (Scriven, 2009) e por referências na área (Stufflebeam, 1978, 2001). Desde então, a meta-avaliação e/ou a busca de estabelecer parâmetros de qualidade em avaliação vêm sendo incorporadas e desenvolvidas no âmbito de organizações mundiais (OECD, 2010), regionais (AEA, 2020; Rodríguez Bilella et al., 2016) e nacional (Silva et al.), indicando a procura pelo estabelecimento de referências para a prática na área e sua consolidação frente à sociedade mais geral, por meio das garantias contidas nestas mesmas referências.

A despeito desses esforços, mais recentemente, tem sido relativizada a capacidade de trabalhos de meta-avaliação na ampliação do uso dos resultados de avaliações (Bundi et al., 2021) e destacado a permanência que, de certo modo acompanha a proposta desde os primórdios, de diferentes compreensões e mesmo confusão do significado de meta-avaliação, levando à práticas muito distintas entre si (Cooksy & Caracelli, 2009). Uma confusão que, podemos antecipar aqui, pode vir de se fazer a equivalência entre diretrizes e atributos de qualidade em avaliação, por um lado, e critérios para a realização de meta-avaliação, por outro, como iremos discutir mais adiante. Mas retornemos, por enquanto, a olhar sobre as origens da temática que ensejou este ensaio.

A ideia de colocar a avaliação sob a mesma lente que a área da avaliação, de modo geral, utiliza para diferentes intervenções sociais, não deixa de testemunhar um esforço de conformidade e consonância. Assim, se pretende criar uma situação na qual o processo avaliativo estaria ele próprio sob avaliação, passando a ser abordado de maneira tão rigorosa e criteriosa quanto possível para, finalmente, ter a sua qualidade e mérito considerados. Tal empreitada é compreendida como potencialmente útil para qualificar um dado processo avaliativo em particular, um conjunto destes ou ainda gerar subsídios para o avanço da área da avaliação em geral, na medida em que articularia prática e reflexão. Nesse contexto, a abordagem de práticas avaliativas se daria pela confrontação de iniciativas ou planos avaliativos com critérios e parâmetros definidos e adotados por meio de associações da área, como aquelas citadas acima ou, mais raramente, adaptados com base em um caso avaliativo específico, de acordo com os interesses dos avaliadores ou características da avaliação (Furtado et al., 2014).

A expressão *avaliar a avaliação*, incorporada na própria definição de meta-avaliação, foi proposta anteriormente pelo filipino Pedro Orata (1940), no setor educacional dos anos 1940, ao discutir a transição terminológica de *teste* e *medida* para *avaliação*, que estava se dando naquela época. Em que pese um quase irresistível apelo retórico de coerência nesta expressão - que remete a algo, em sentido figurado, como tomar do próprio remédio ou seguir as próprias prescrições - as indicações e ações de avaliar as avaliações necessitam ser mantidas em constante discussão, uma vez que podem afetar de especial maneira as práticas e as elaborações de nossa área de interesse. Embora a aplicação de uma ética, método ou estratégia sobre si mesmo não seja uma novidade, fazendo parte da formação de psicanalistas, juristas e religiosos, dentre outros, consideramos oportuno indagar se a aplicação da avaliação sobre si própria seria pertinente, inventariando possíveis implicações e impasses desta autoaplicação, dessa espécie de giro sobre si própria, olhando para outros caminhos e incumbências possíveis para a prática e o pensamento sobre avaliações.

No presente texto, dada as limitações de diversas ordens, destacamos duas questões que podem contribuir às reflexões sobre a temática escolhida. Primeiramente, as possíveis implicações provenientes da transformação de um processo avaliativo ou de uma avaliação já concluída em um ente a ser avaliado, seja com base em documentos sintéticos e opinião de especialistas (abrindo mão de um trabalho empírico), seja pela inclusão dos diversos atores e questões envolvidas, privilegiando um trabalho empírico sobre a avaliação a ser avaliada. Como segunda questão, abordaremos o espaço ocupado pelos chamados atributos, diretrizes e outros parâmetros de boas práticas em avaliação preconizados por diferentes associações de avaliadores. Nesse último caso, discutiremos as razões, valores e riscos eventualmente



presentes no estabelecimento destes tipos de padrões no seio de uma área em consolidação e suas relações com a meta-avaliação.

### **A avaliação de programas e serviços como plano ou como intervenção?**

As formulações teóricas e as práticas avaliativas podem ser interdisciplinares e multi setoriais, abordando amplo universo de iniciativas com base em recursos práticos, para abordagens empíricas e teóricas, para a condução e análise dos processos. O que equivale a dizer que a despeito da discussão relativa à carência ou não de referencial teórico próprio, a avaliação é, ao mesmo tempo, teórica e prática, ainda que podendo lançar mão de instrumental vindo de outras áreas e disciplinas.

Tais recursos práticos e teóricos e sua “escolha” são influenciados pelas visões de mundo e modos de conhecer dos envolvidos - as chamadas ontologias e epistemologias dos agentes ou grupos encarregados da avaliação. No meio desta diversidade, há razoável consenso - no que concerne à avaliação de programas e serviços ligados às políticas públicas - sobre o seu foco nas chamadas *intervenções* e que constituem o seu objeto privilegiado. Tais *intervenções* são compreendidas como a articulação de um projeto (ao mesmo tempo técnico e político) a recursos financeiros e a profissionais específicos, na busca de superação ou mitigação de uma situação social problemática (Brousselle et al., 2011). Note este deslizamento importante que acontece ao se avaliar uma avaliação: um dado processo avaliativo (em curso ou já finalizado) passa a equivaler a uma intervenção e, assim, é abordado avaliativamente. Ou seja, alinhar a avaliação a ser avaliada a uma intervenção constitui condição inexorável à realização de uma meta-avaliação. Consideramos que este deslizamento implica em questões de ordem epistemológica que, no entanto, serão consideradas em outra ocasião. Vejamos, neste momento, as estratégias ou métodos por meio dos quais estas avaliações tornadas intervenções podem ser abordadas.

Em certo momento do debate em torno da meta-avaliação, no final dos anos 1990, Scriven apresentava argumentos favoráveis a que as meta-avaliações fossem feitas por meio de replicações da avaliação original - que poderiam repetir exatamente os passos da avaliação original ou não. No verbete sobre meta-avaliação da *Encyclopedia of Evaluation*, Scriven (2005) indicava duas possibilidades genuinamente empíricas para realização de meta-avaliações: verificar se outros agentes, usando o mesmo caminho, chegariam ou não no mesmo lugar (leia-se julgamento) ou lançar mão de uma metodologia diferente para a realização do mesmo estudo, numa espécie de triangulação, verificando a pertinência tanto do percurso original quanto do alternativo, ressaltando as limitações e potencialidades de ambos, cotejados entre si.

Porém, os custos relativamente altos e os potenciais riscos de sobreposição e retrabalho - contidos em refazer o já feito ou, trilhar o mesmo caminho só que com o uso de estratégias metodológicas diferentes - foram suficientes para que o autor que vimos citando (Scriven, 2009) defendesse a circunscrição da avaliação da avaliação ao desenho ou proposta desta última. Assim, ao invés de uma atividade genuinamente empírica, foi defendida a análise do plano de avaliação e/ou de seu relatório final, com base em padrões de qualidade estabelecidos em avaliação, chancelado por instâncias profissionais ou científicas, considerados suficientes para a realização de meta-avaliação. Uma tal restrição da meta-avaliação a uma iniciativa de supervisão de especialistas parece estar espelhada no próprio orçamento proporcional a ser destinado à meta-avaliação. Conforme exemplificado por Scriven (2009, p.vii) “Se o programa custa US\$100 mil, a avaliação pode custar US\$10 mil, a meta-avaliação US\$1 mil [...]”. Levando-se em conta uma tal proporção, para além do aspecto simbólico, é praticamente certo que teríamos meta-avaliações realmente circunscritas a análises de gabinete, distantes da realidade tanto das intervenções avaliadas quanto das avaliações efetivamente conduzidas em torno delas. Ou seja, haveria riscos de atribuir a especialistas e aos princípios estabelecidos e suas respectivas instâncias *per se* o poder e a capacidade de julgar o mérito de uma avaliação.

O que vimos afirmando neste tópico aponta para uma contradição a ser enfrentada: à problemática de equivaler a avaliação a uma intervenção - algo que merece mais debates



sobre suas possibilidades e desafios, conforme dissemos - se somaria certa abstração da avaliação. Tal abstração se daria na medida em que uma dada avaliação (tornada objeto da meta-avaliação) teria o seu contexto político, institucional, de trabalhadores e grupos de interesse envolvidos, dentre outros fatores, retirados do processo meta-avaliativo, sendo que este último passaria a privilegiar planos e relatórios que, por sua vez, embasariam o veredicto de especialistas em avaliação. Se considerarmos que uma das marcas da avaliação em geral e daquela voltada aos programas e serviços, em particular, é a intenção de verificar os resultados e os desdobramentos do encontro entre os planos e uma realidade que inevitável e simultaneamente irá apresentar agonismos e antagonismos aos nossos intentos (Zúñiga, 2000), seria de se esperar que, mais do que o plano, fosse considerado o que efetivamente ocorreu com a implementação de determinada avaliação planejada. Ou seja, para verificar as resultantes da interação entre a avaliação pretendida e aquela efetivamente realizada, há que se ir a campo e pisar na lama, como se diz.

Devemos lembrar que a avaliação é uma prática social dentre outras e que o percurso avaliativo e seus desdobramentos é resultante da interação entre uma série de componentes institucionais e políticos, permeado de interesses e disputas dos grupos envolvidos. Nesse sentido, é imperativo à meta-avaliação levantar as relações de poder que o processo avaliativo estabeleceu com pessoas, grupos e instâncias de poder, resistências apresentadas ao processo, pressões de diversas ordens, situações não previstas e que influenciaram para o bem ou para o mal a trajetória avaliativa, dentre outros aspectos de interesse na consideração da qualidade de uma avaliação. Não é difícil supor que quase nada disso consta no relatório final e, menos ainda, no plano da avaliação.

Desde as suas raízes na filosofia do Pragmatismo americano até os seus desdobramentos atuais, em diferentes países, e mesmo considerando avaliações baseadas na teoria, o compromisso com questões empíricas e intervenções sobre o mundo marcam as ações avaliativas (Marceau & Sylvain, 2022). Neste sentido, o privilégio de propostas e desenhos meta-avaliativos a serem cotejados com padrões gerais, em detrimento de estudos empíricos e padrões específicos adaptados a cada caso, não se alinham a uma iniciativa de avaliação no senso que vimos defendendo. A existência de princípios estabelecidos em algumas instâncias não deveria abolir a necessidade de compreender melhor os dramas enfrentados e as virtudes conquistadas nos percursos avaliativos realizados. Além disso, é preciso considerar o próprio momento de realização de meta-avaliação, uma vez que esta pode ser feita tanto *a posteriori* quanto de maneira simultânea à avaliação original, funcionando como uma ferramenta formativa.

As propostas de meta-avaliações simultâneas às avaliações originais ou realizadas após a conclusão destas últimas não são novas e apontam para a possibilidade de trabalhar com os dados, informações e julgamentos realizados, inclusive replicando estudos (Cook & Gruder, 1978). Desse modo, a título de ilustração e exemplo, a meta-avaliação de uma avaliação sobre moradias para pessoas com transtorno mental grave, no contexto da reforma psiquiátrica brasileira (Furtado et al., 2014), considerou centralmente a *interdisciplinaridade* - fortemente buscada no processo avaliativo que articulou quatro diferentes áreas do saber - e a participação - outro pilar da avaliação considerada, que buscava a efetiva inclusão não somente de trabalhadores, mas também de familiares e usuários dos serviços de saúde mental. Nesse caso específico, optamos pela consideração de aspectos caros à avaliação avaliada, naquele momento e que, por sua vez, foram estabelecidos como parâmetros e critérios lançado mão de observação participante, entrevistas e grupos focais junto aos vários pesquisadores envolvidos e trabalhadores dos serviços que participaram da investigação. Além disso, foram articulados meta-avaliadores internos e externos à avaliação considerada. Tudo isso, levando-se em conta a importância de ir a campo, ouvir os agentes e aprender com as nossas práticas *in loco*.

O que vimos considerando até aqui constitui base para reafirmarmos a necessidade de que a coerência que a meta-avaliação pode representar não está exatamente em avaliar a avaliação, como se ao ser submetida ao mesmo processo a avaliação testemunhasse um especial cuidado ético e técnico. Na verdade, a coerência a ser reivindicada está na observância do compromisso da área com situações problemáticas concretas, com a busca de rigor ante os imponderáveis que podem suceder no encontro entre planos e realidades sempre complexas,



na investigação criteriosa de como ideias se traduzem e se desdobram no plano concreto. Em poucas palavras, a coerência estaria em trazer à meta-avaliação o mesmo anseio de ter os pés no chão que caracteriza a avaliação. Assim, tanto as avaliações quanto suas abordagens sistemáticas, por meio de meta-avaliações, teriam muito a ganhar com a superação de análises restritas aos planos originais, aos relatórios finais e aos pareceres de especialistas.

Mas todo esse rigor e cuidado não deve comprometer a contínua criação de caminhos diversificados e democráticos no interior das avaliações e das meta-avaliações sendo que, por sua vez, esta última não deve se tornar um modo de unificação, controle e poder ao ser colocada em patamar mais complexo de elaboração intelectual. Retomando ideias veiculadas sobre o tema, em outro momento, podemos dizer que há uma longa tradição a ser superada no exame do trabalho intelectual: é sempre necessário analisar a ideologia que favorece o controle sociopolítico de uma classe dominante que justifica o seu poder (de fato) por meio de uma (suposta) superioridade intelectual. Essa justificativa se apoia na autoridade conferida a um saber especializado - no caso aqui tratado, na pessoa do meta-avaliador ou nos cânones traçados por instituições hegemônicas na área da avaliação.

O risco deste conjunto é o enquadre da práxis avaliativa e dos horizontes do avaliar, sob o pretexto de tornar assim socialmente legítimo o governar, o gerir, o orientar, o aconselhar, o intervir e o avaliar. Menos pareceres de gabinete e mais envolvimento e imersão no chão-de-fábrica das avaliações podem não superar todos os potenciais riscos da meta-avaliação, mas seguramente contribui para mitigar e prevenir a formação de uma instância de supervisão (no sentido clássico do termo) e controle de muitos por poucos, de maneira descolada, no interior da área. Respondendo à pergunta contida no título deste tópico, diríamos que a despeito de questões epistemológicas a serem futuramente enfrentadas, considerar a avaliação como uma intervenção na meta-avaliação abre portas e exige um trabalho empírico potencialmente profícuo quando comparada à sua redução a um plano ou relatório a ser cotejado com alguns parâmetros. A seguir, discutiremos o estabelecimento destes mesmos parâmetros pelas associações e suas interfaces com a meta-avaliação.

### **Guias e princípios como únicos critérios de meta-avaliação?**

Sob nomes distintos como dimensões, diretrizes, critérios e atributos, dentre outros, encontramos valores abrangentes e gerais que pretendem guiar ou servir de referência para avaliadores, financiadores, gestores, trabalhadores e o público leigo. Tais valores, via de regra, se desdobram em categorias específicas e numerosas (AEA, 2020; Silva et al., 2020; OECD, 2010; Rodríguez Bilella et al., 2016). Dificilmente este conjunto ou qualquer um de seus elementos seriam rejeitados como indesejáveis ou inoportunos, havendo mais chances de acrescentarmos itens do que de retirarmos ou relativizarmos os já existentes. Nesse sentido, parece mais adequado e oportuno indagar sobre as razões e potenciais papéis que tais conjuntos podem representar do que tentar lançar uma lupa sobre cada categoria ou subcategoria.

Um dos modos pelos quais as dimensões acima podem ser compreendidas seria justamente pela identificação de esforços, feitos por associações de avaliadores consolidadas ou em vias de consolidação, para dotar de regras, controle (ainda que relativo) e garantia de qualidade mínima as práticas de seus associados, conferindo assim uma espécie de selo de garantia ou aval de segurança a ser apresentado à potencial clientela dos serviços que venham a ser oferecidos pelo coletivo de profissionais (Prairat, 2007). Assim procedendo, tais associações simultaneamente consolidam a sua corporação internamente e a ratificam e legitimam externamente, frente à sociedade mais geral, garantindo para si a vigilância sobre os seus filiados, a avaliação inter-pares e, a partir daí, a reserva de mercado para um grupo específico (Rego et al., 2009). O que acabamos de afirmar constitui um dos caminhos possíveis na emergência e no estabelecimento de uma profissão e do seu grupo de profissionais e nos parece ser uma das razões possíveis de ser considerada frente à evidente busca pelo estabelecimento dos atributos de qualidade, no interior das várias associações de avaliação aqui citadas.



Segundo Rodrigues (2002), no estabelecimento e manutenção de áreas e campos profissionais claramente circunscritos e com condições de exercer autoridade profissional, é preciso garantir um saber esotérico da categoria (base técnica exclusiva) e levar a sociedade como um todo a reconhecer e aceitar que os serviços daqueles especialistas são, de fato, confiáveis. Para atingir este último objetivo, as associações e corporações profissionais devem transparecer o uso preciso e correto das técnicas sob o seu domínio e a existência de normatizações para a escolha e aplicação destas mesmas técnicas. Além disso, as associações nascem com vocação a regular e efetivamente podem avaliar os seus integrantes e suas ações, segundo critérios éticos defensáveis, estando sempre atentas para que os serviços prestados, de maneira necessariamente exclusiva, sejam plenamente confiáveis.

Machado (1995), sintetizando amplo estudo do sociólogo americano das organizações, Harold Wilensky, sobre dezoito profissões, nos EUA, resgata os cinco passos que este último autor identifica no estabelecimento de uma profissão: 1) a possibilidade do trabalho naquela área se dar em tempo integral, espelhando a necessidade social; 2) criação de escolas e centros de treinamento para a transmissão do corpo esotérico de conhecimentos, sobretudo pelos mais experientes; 3) formação de associação profissional; 4) regulamentação da profissão, definindo o seu campo pelo Estado, e também o seu monopólio; 5) adoção de um código de ética, com normas e regras dirigidas aos profissionais integrantes de modo a enquadrá-los.

Com base na perspectiva sintetizada acima, poderíamos afirmar que, mesmo considerando as diferenças entre os diversos países na consolidação das suas associações profissionais, prevalecem os estágios 4 e 5 dos passos retomados por Machado (1995). Ou seja, em muitos países, dentre os quais se inclui o Brasil, já teríamos profissionais trabalhando a tempo pleno atendendo demandas por avaliação de programas, serviços e políticas; haveria uma sistemática mais ou menos organizada de transmissão de saberes específicos da área; e o estabelecimento e desenvolvimento de associações de interessados e praticantes de avaliação. Poderíamos afirmar, então, e relativizando a linearidade dos passos propostos (invertendo a sequência dos passos 4 e 5), que o estabelecimento de atributos, diretrizes e critérios deontológicos para a prática de avaliações se constitui etapa necessária e estratégica à reivindicação de futura formalização e reconhecimento (de fato) pela sociedade do país onde estão inseridos e a assimilação (de direito) pelos respectivos Estados, na forma burocrática da regulamentação. Devemos lembrar que a regulamentação, pelo Estado, frequentemente significa o acompanhamento e vigilância dos pares pelos próprios pares. Conforme afirmado por Machado (1995, p. 15)

As associações profissionais são uma das formas de regulação mais antigas das corporações. O desenvolvimento do código de ética é um caminho proeminente pelo qual as associações funcionam como autorregulação que são sistemas legais, privados, característicos das profissões estabelecidas formalmente.

Em outro momento e espaço, talvez fosse o caso de colocar em questão os limites das especializações do trabalho e sua abordagem pela tradição anglo-saxã, por meio da sociologia das profissões que, de certo modo, remonta à esperança de Émile Durkheim na corporação profissional como instituição promotora de uma nova ordem moral da sociedade industrializada e verdadeira instância estabilizadora do sistema social. No presente texto, bastaria alertar para a ausência, na sociologia das profissões, de uma visão de totalidade e das contradições entre capital e trabalho (Martins, 2019), que acabam sendo ignoradas pelos autores seminais da sociologia das profissões. No entanto, a despeito destas limitações, a abordagem sociológica das profissões nos permite realizar leitura sobre os sentidos e razões - e possíveis adequações de uso - dos conjuntos de referenciais deontológicos que vem permeando as associações profissionais ligados à área da avaliação.

Se entendido como estratégia e mesmo caminho incontornável para atender o interesse de parte dos profissionais em formalizar e institucionalizar a área diante da sociedade e do Estado, constituindo uma nova profissão com todas as suas decorrências e implicações, nos parece procedente relativizar o uso a ser feito, a partir desta visão, do conjunto de atributos e valores que vimos abordando neste tópico. Em outras palavras, ainda que tal conjunto legitimamente passe a servir de baliza aos adeptos de uma determinada associação, guiando



suas práticas e suscitando o debate entre pares, o seu uso automático e exclusivo como critérios a serem utilizados em meta-avaliação não deve ser garantido. Tal como vimos argumentando, as avaliações requerem estudos e abordagens empíricas que realmente considerem o grande número de fatores políticos, institucionais, econômicos e científicos que a atravessam. Nesse sentido, aos atributos e diretrizes gerais deve-se somar as características e contextos específicos de uma avaliação avaliada, além de cuidar sempre para que se evite confundir valores constituídos como defensáveis por uma associação com critérios fixos de meta-avaliação.

## Conclusão

Uma síntese possível do que discorremos seria reafirmar o nosso entendimento de que o estabelecimento de atributos e princípios, por meio de uma associação com vistas à profissionalização, é insuficiente como referencial para avaliar práticas avaliativas realizadas ou em curso. Não se trata de falta a ser preenchida por mais elementos, uma vez que a insuficiência se dá justamente porque trata-se de iniciativas de naturezas diversas. A meta-avaliação pode até se servir de parte dos atributos propostos por uma dada associação, mas enquanto prática social envolvida com situações concretas, ela deverá requerer, acrescentar e articular a eventuais princípios gerais utilizados, outros parâmetros que tenham como característica o fato de estarem estreitamente atrelados às questões, riscos e intentos daquela avaliação posta em questão, conforme já ilustrado anteriormente.

Além disso, estes valores devem estar sempre em questão, sendo constantemente interpelados sobre o quanto conseguem colaborar para que as práticas avaliativas se desviem de sua captura pelos mais diferentes modos de gerencialismo e pelo uso da avaliação como eufemismo às muitas e cada vez mais profundas formas de dominação dos humanos. Ainda que uma associação não represente uma área, mas apenas os seus afiliados, é inegável sua potencial capacidade de imprimir marcas sobre o território no qual repousa. Por isso, os valores defendidos e estabelecidos devem efetivamente representar tomada de posição e engajamento na luta pela superação da distopia, da superexploração do trabalho e degradação ambiental - e que urge.

Finalmente, em relação à meta-avaliação mais especificamente, esta deve ser retomada, em outros estudos, considerando aspectos além dos que tocamos aqui. Mais do que olhar para avaliações de maneira específica, como se fossem estudos-de-caso, o prefixo *meta* da palavra-conceito deveria nos autorizar a considerar a meta-avaliação como algo que está atrás, à frente, entre e além da avaliação e, por isso, com distanciamento e abrangência suficientes para nos permitir olhar o conjunto da área e indagar sobre os seus sentidos e compromissos com a transformação das instituições e do mundo.

## Fonte de financiamento

Não há.

## Conflito de interesse

Não há.

## Agradecimentos

Não há.

## Referências

American Evaluation Association – AEA. (2020). *AEA - American Evaluation Association: Guiding Principles for Evaluators*. Recuperado 11 de março de 2020, de <https://www.eval.org/About/>



Guiding-Principles#:~:text=The%20Guiding%20Principles%20reflect%20the,Principles%20are%20interdependent%20and%20interconnected.

Brousselle, Astrid, Champagne, François, Contandriopoulos, André-Pierre, & Hartz, Zulmira. (Orgs.), (2011). *Avaliação: Conceitos e métodos*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Bundi, Pirmin, Frey, Kathrin, & Widmer, Thomas. (2021). Does evaluation quality enhance evaluation use?. *Evidence & Policy: A Journal of Research, Debate and Practice*, 17(4), 661-687.

Cook, Thomas D., & Gruder, Charles L. (1978). Metaevaluation research. *Evaluation Quarterly*, 2(1), 5-51.

Cooksy, Leslie J., & Caracelli, Valerie J. (2009). Metaevaluation in practice: Selection and application of criteria. *Journal of Multidisciplinary Evaluation*, 6(11), 1-15.

Furtado, Juarez Pereira, Laperrière, Hélène, & Silva, Rogério Renato. (2014). Participação e interdisciplinaridade: Uma abordagem inovadora de meta-avaliação. *Saúde em Debate*, 38(102), 468-481.

Machado, Maria Helena. (1995). Sociologia das profissões: Uma contribuição ao debate teórico. In Maria Helena Machado (Org.), *Profissões de saúde: Uma abordagem sociológica* (pp. 13-33). Rio de Janeiro: Fiocruz.

Marceau, Richard, & Sylvain, Francine. (2022). La terminologie de l'évaluation. In Linda Rey, Jean Serge Quesnel, & Vénétia Sauvain (Orgs.), *L'évaluation en contexte de développement: Enjeux, approches et pratiques* (pp. 37-56). Montreal: Les Éditions JFD.

Martins, Ludson Rocha. (2019). Teoria das profissões, marxismo e Serviço Social. *Temporalis*, 19(37), 45-64.

Orata, Pedro T. (1940). Evaluating evaluation. *The Journal of Educational Research*, 33(9), 641-661.

Organization for Economic Co-operation and Development – OECD. (2010). *Quality Standards for Development Evaluation*. Berlin: OECD Publications Centre.

Prairat, Eirick. (2007). L'orientation déontologique. *Les Sciences de l'Éducation pour l'Ère Nouvelle*, 40(2), 95-113.

Rego, Sergio, Palácios, Marisa, & Siqueira-Batista, Rodrigo. (2009). *Bioética para profissionais da saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

Rodrigues, Maria de Lurdes. (2002). *Sociologia das profissões*. Oeiras: Celta Editora.

Rodríguez Bilella, Pablo, Valencia, Sergio Martinic, Alvarez, Luis Soberón A., Klier, Sarah Desirée, Guzmán Hernández, Ana Luisa, & Tapella, Esteban. (2016). *Diretrizes para avaliação para a América Latina e o Caribe*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: ReLAC.

Scriven, Michel. (1969). An introduction to meta-evaluation. *Educational Product Report*, 2(5), 36-38.

Scriven, Michel. (2005). Metaevaluation. In Sandra Mathison (Org.), *Encyclopedia of evaluation*. Thousand Oaks: Sage.

Scriven, Michel. (2009). Meta-evaluation revisited. *Journal of Multidisciplinary Evaluation*, 6(11), iii-viii.

Silva, Rogério Renato, Joppert, Márcia Paterno, Gasparini, Max Felipe Vianna. (Orgs.). (2020). *Diretrizes para Prática de Avaliações no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação.

Stufflebeam, Daniel L. (1978). Meta evaluation: an overview. *Evaluation & the Health Professions*, 1(1), 17-43.

Stufflebeam, Daniel L. (2001). The metaevaluation imperative. *The American Journal of Evaluation*, 22(2), 183-209.

Zúñiga, R. (2000). La evaluación comunitaria: Contextos éticos y políticos. *Cuadernos de Trabajo Social*, 13, 211-229.